

Campanha de direito de acesso ganha aliados internacionais

Fundação britânica Article 19 vai financiar algumas atividades do Fórum de Direito de Acesso



O jornalista André Soliani participou de uma reunião no México, com a fundação britânica Article 19 e entidades do México (Lamac) e da Argentina (ADP). Soliani, coordenador do projeto de direito de acesso na Abraji, tratou dos detalhes da parceria entre as quatro entidades para uma campanha continental pelo acesso a informações públicas. Conheça os detalhes da campanha nesta edição.

No Rio de Janeiro, um seminário organizado pela Abraji e pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase) também debateu o direito de acesso. Estavam presentes jornalistas, arquivistas e historiadores, mas a maior parte da platéia era formada por cidadãos interessados mas não engajados no assunto. O debate está gradualmente entrando na pauta da sociedade. **PÁGINA 2**

Após 33 anos, cai o sigilo sobre a identidade do Garganta Profunda

Um dos segredos mais bem-guardados da história do jornalismo caiu por terra em 31 de maio. Mark Felt, segundo em comando do FBI no governo Nixon, afirmou à revista Vanity Fair que ele fora o “Garganta Profunda”, a fonte que deu a Bob Woodward e Carl Bernstein (foto) as informações que guiaram sua apuração no caso que acabou por levar Nixon à renúncia, em 1974. Os repórteres confirmaram a informação.

Felt, hoje com 91 anos, teria escondido o segredo até mesmo de sua família até 2002. Por diversas vezes, ele foi apontado como a fonte dos repórteres do *Washington Post*, mas negava. A revelação, desta vez, ocorreu por um motivo prosaico: sua filha avaliou que um possível livro traria dinheiro suficiente para pagar dívidas familiares.

Para o próximo Apuração, estamos preparando uma reportagem aprofundada sobre o uso de fontes anônimas e sigilosas. Caso você tenha alguma história a relatar, de uso com sucesso ou sem em reportagens suas, escreva para nós.

abraji@abraji.org.br



Leia dois artigos sobre apuração

Nesta edição, reproduzimos dois artigos sobre os fundamentos da reportagem. O primeiro, de Kelly McBride, do Poynter Institute, é uma análise dos erros de apuração que levaram a rede de TV americana CBS a cometer erros comprometedores em reportagem sobre o serviço militar do presidente reeleito George W. Bush. Segundo ela, cuidados básicos com o levantamento e checagem de informações teriam evitado os erros. O segundo é o resumo da transcrição de uma palestra de Marcelo Beraba, presidente da Abraji e ombudsman da Folha de S. Paulo, na abertura do Projeto Repórter do Futuro, no ano passado. Beraba identifica cinco fundamentos da reportagem: observação, entrevista, pesquisa, documentação e checagem. **PÁGINAS 4 a 6**

Sócios em dia terão acesso eletrônico ao material da IRE

PÁGINA 7

Abraji fecha acordo com fundação inglesa

Article 19, especializada em promover campanhas de direito de acesso, faz parceria de dois anos no Brasil

A campanha da Abraji por uma lei de direito de acesso a informações públicas ganha novo impulso a partir da parceria com a ONG inglesa Article 19, que busca promover globalmente a liberdade de expressão. Nos dias 11 e 12 de abril, a fundação organizou a primeira reunião com seus colaboradores na América Latina para desenvolver uma estratégia para região e debater as situações específicas de cada um dos países com relação a uma lei de acesso a informação.

O nome da ONG, criada em 1986 e atuante na África, América Latina e Canadá, se refere ao artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos: "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Com a parceria, a Abraji passa a fazer parte de uma rede de ONGs latino-americanas que trocam experiência e informações sobre liberdade de expressão e direito a informação pública no continente. No primeiro encontro participaram a Abraji, representando o Brasil, a Limac (Libertad de Información - México, A.C.), do México, e a ADC (Asociación por Derechos Civiles), da Argentina. As três entidades receberão financiamentos da Article 19 para levar adiante atividades relacionadas com a ampliação do direito de acesso a informação.

A prioridade do projeto no Brasil nos primeiros três meses (abril, maio e junho) é constituir um Grupo de Trabalho Legal, para analisar leis

em vigor e projetos no Congresso, para redigir uma proposta semelhante a leis internacionais. Os consultores legislativos da ONG colaborarão com análises e sugestões desde a sua sede em Londres.

No primeiro ano de atividade, a Article 19 repassará para a Abraji cerca de US\$ 18 mil. O dinheiro será usado para pagar o coordenador do projeto, viagens para convidados, inclusive internacionais, que participarão de mesas redondas sobre o direito de acesso e publicar material de campanha.

Para monitorar de forma empírica o avanço da campanha, serão criados indicadores sobre o projeto. Os índices, como número de entidades que participam do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, serão publicados a cada 12 meses. O Fórum, estabelecido em setembro de 2003, tem hoje a colaboração de 19 entidades.

Além da campanha no Brasil, a Abraji ajudará a Article 19 a criar material didático e de divulgação que será usado também no México e na Argentina. O conteúdo inclui informações sobre a importância de uma lei de acesso para a garantia de direitos sociais e econômicos, para o combate à corrupção e para a transparência da gestão pública.

No encontro na Cidade do México no início de abril, o coordenador do projeto, André Soliani, conheceu o processo de aprovação da lei mexicana de acesso a informações, em vigor desde junho de 2003.

Os fundadores da Limac, preocupados agora com a implementação da lei – desafio tão importante quanto a sua aprovação – participaram ativamente das discussões no Congresso e na sociedade mexicana sobre o conteúdo dessa legislação.

Para a diretora da Limac, Issa Luna Pla, o compromisso assumido pelo atual governo junto a organismos internacionais, como o Banco Mundial, com a transparência e o combate à corrupção foi fundamental para o sucesso da campanha. Foi o governo de Vicent Fox que apresentou ao Congresso um projeto de lei. Coube à sociedade, no entanto, garantir que a proposta do Executivo fosse modificada para estabelecer um amplo e irrestrito acesso a informações públicas.

O contato com a Limac será muito importante para a campanha brasileira, pois os mexicanos já superaram a fase na qual o Brasil se encontra: de lutar pela aprovação de uma lei. A experiência do México também demonstra que não basta ter uma legislação; é preciso monitorar a sua implementação para evitar arbítrios do governo e divulgar aos cidadãos o seus direitos.

Já a Argentina conta com um decreto presidencial que regulamenta o acesso a informações públicas. A legislação, porém, é considerada limitada pela ADC. No momento, uma lei tramita no Congresso, com o apoio do governo. Para alguns analistas, a lei é mais restritiva que o decreto.

Debate sobre acesso no Ibase reúne mais de 50 interessados

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), a Abraji promoveu no Rio, em 22 de março, um seminário sobre direito de acesso a informações públicas. Foi o primeiro evento reunindo as entidades do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas depois de sua criação, em 25 de novembro de 2004. Os palestrantes foram Fernando Molica (Abraji), Jaime Antunes (Arquivo Nacional) e Dulce Pandolfi (Ibase e CPDOC-FGV).

Mais de 50 pessoas, a maior parte das quais não envolvidas diretamente com a questão, participaram. "Isso mostra que o debate está começando a chegar à sociedade", disse Carlos Tautz, do Ibase, mediador da mesa.

"Os documentos governamentais foram produzidos com nosso dinheiro, sob nossa delegação e supostamente sob interesse público", disse Molica, diretor de defesa profissional da Abraji.

Para Molica, algum grau de sigilo, temporário, é compreensível numa democracia, mas ele não deve ser a regra. "É importante que o governante saiba que, um dia, o que ele faz virá a público. O sigilo eterno gera um sentimento inadmissível de impunidade histórica", disse.

Dulce Pandolfi lembrou que, como historiadora e personagem de documentos registrados pela ditadura, a compreensão dos documentos deve sempre levar em

conta as condições nas quais as informações foram produzidas. Ao lembrar as dificuldades de decidir se consentia em dar, há dez anos, uma entrevista sobre documentos que descreviam torturas que sofrera, teve uma surpresa: o entrevistador havia sido o próprio Molica.

Jaime Antunes lembrou o histórico das leis sobre acesso, da Constituição à MP que manteve o sigilo eterno. Ele prevê que, caso seja aprovada uma lei que garanta o direito de acesso, o Arquivo Nacional precisará de mais recursos para ampliar seu espaço. Ele considera imprescindível uma lei do gênero: "o acesso a informações produzidas pelo Estado é um direito, não uma dádiva".

Brasil tem 18 ataques até abril

Projeto da Abraji envia alertas sobre liberdade de imprensa

CAROLINA HUNGRIA

Desde dezembro, a Abraji participa, em parceria com o Instituto Prensa y Sociedad (IPYS), do Peru, e a International Freedom of Expression Exchange (IFEX), de um projeto de alertas sobre atentados à liberdade de expressão.

De janeiro a abril, foram divulgadas pela associação 18 notas sobre jornalistas ou veículos de comunicação que sofreram algum tipo de ameaça durante a execução do seu trabalho. Alguns tiveram repercussão além da rede IFEX, sendo notícia também através dos Repórteres Sem Fronteiras e do Comitê de Proteção aos Jornalistas (Committee to Protect Journalists).

Nenhum jornalista brasileiro foi morto ao trabalhar em 2005, mas há diversos casos de ameaças e agressões. Ainda em janeiro, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, de Belém (PA), foi agredido e ameaçado num restaurante por um dos diretores do jornal *O Liberal*. Dias antes, ele publicara uma reportagem ácida sobre o proprietário das empresas do grupo, irmão do agressor.

O mais grave caso de violência física contra jornalistas no Brasil nos últimos meses envolveu o jornalista Maurício Melato Barth, dono do jornal *Infobairros*, no Estado de Santa Catarina. No dia 23 de março, ele foi baleado por dois estranhos que o abordaram na porta de casa, na cidade litorânea de Itapema.

Segundo Barth, o ataque foi uma resposta a uma série de reportagens de seu jornal quinzenal. Os textos denunciavam corrupção na administração municipal. Desde a publicação, ele recebia telefonemas anônimos. O jornalista ainda está se recuperando da cirurgia que sofreu para tratar os ferimentos, mas já participou da reconstituição do crime, que está sendo investigado pela Polícia Civil.

Outro alerta de boa repercussão envolveu o jornal *O Estado de S. Paulo*. Imobiliárias de Ilhabela se uniram para barrar a distribuição do diário na região, numa tentativa de deter a circulação de informações publicadas pelo jornal sobre um caso de ocupação ilegal de terrenos em áreas de preservação ambiental. O prefeito da cidade era o dono de uma das imobiliárias.

Por fim, matéria sobre o jornalista Augusto Setti, funcionário concursado do Senado, também foi distribuída mais tarde pela ONG Repórteres sem Fronteiras. Ele foi transferido do cargo de editor no portal Interlegis, criado pelo Senado Federal com o propósito de dar transparência aos atos de todos os Legislativos do país, por ter publicado uma notícia sobre improbidade administrativa envolvendo funcionários da casa.

No mês passado, também foi destaque a ameaça contra dois jornalistas de Taubaté, em São Paulo. Paulo de Tarso Venceslau, diretor de redação do jornal "Contato" e o repórter Alan Brito foram agredidos por seguranças contratados pela Prefeitura do município para vigiar o aterro sanitário local. Eles resolveram ir diretamente ao aterro para fazer uma reportagem depois de repetidas negativas da prefeitura em fornecer autorização para ir ao local.

Em Fortaleza, um repórter e um fotógrafo do jornal Diário do Nordeste foram ameaçados num bar da capital do Ceará. Eles cobriam uma inspeção policial no local, que deveria ser fechado por ocupar um espaço público sem licença da Prefeitura ou da Vigilância Sanitária. O flash do fotógrafo Thiago Gasper foi quebrado no tumulto.

Na região da cidade de Sarandi (RS), um carro da RBS TV foi incendiado durante um evento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Via Campesina e Movimento dos Pequenos Agricultores. O Sindicato dos Jornalistas gaúcho, num gesto infeliz, culpou a política editorial do jornal pelo ataque.

No Piauí, o colunista Odorico Leal de Carvalho, do jornal local *Folha Picoense*, foi condenado a pagar multa de R\$ 3,5 mil ao Procurador Geral de Justiça do Estado, Emir Filho, por injúria. O impasse envolveu uma nota sobre a nomeação do procurador geral, descrevendo-o como "inexpressivo" e "apagado".

Os sócios da Abraji, jornalistas em geral, sindicatos e entidades da sociedade civil também podem avisar a associação sobre ameaças à liberdade de expressão, usando e divulgando onde for possível o e-mail alertas@abraji.org.br. Todos os alertas são checados e passam por dois editores.

NOTAS ABRAJI

CONGRESSO – A programação do congresso da Abraji, que ocorre entre 20 e 23 de outubro, está sendo decidida pela diretoria. Foram recebidas sugestões de sócios e de diretores para a programação. Ainda estamos recebendo sugestões, pelo email abraji@abraji.org.br. Uma das mesas será de apresentação de boas reportagens investigativas produzidas em todas as regiões do país.

ICFJ – O International Center For Journalists (ICFJ), que trouxe ao Brasil a jornalista norte-americana Barbara Crossette, organizou com a Abraji o seminário "Jornalismo Sobre Liberdade de Expressão: Novos Recursos", em São Paulo, entre 5 e 8 de junho.

DEZ PASSOS – O ICFJ liberou para a Abraji os direitos de tradução do manual "Ten Steps for Investigative Reporting", escrito por Lucinda Fleeson em 1999. O manual foi traduzido e em breve estará disponível no site.

BOLETOS – Os sócios receberam, em abril, os boletos para pagamento de sua anuidade. Eles já vêm parcelados em três vezes. Caso você já tenha pago sua anuidade antes de receber, desconsidere. Se você não recebeu e tampouco atualizou seu endereço, entre em contato conosco: abraji@abraji.org.br

ECA – Ocorreu em 17 de maio o lançamento da revista Babel Abraji, produzida por estudantes de jornalismo da USP sob a orientação do professor e diretor da Abraji Cláudio Tognolli. O lançamento ocorreu na semana de jornalismo da escola, quando também houve uma oficina da Abraji.

ELEIÇÕES – O comitê eleitoral da associação, escolhido ainda em 2002, foi convocado para definir as regras da próxima eleição para a diretoria.

ADMINISTRAÇÕES – Em 18 de junho, a Abraji promoveu em São Paulo o curso "Cobertura Investigativa de Administrações Municipais". Esse curso deve ser levado também ao Rio de Janeiro e em outras cidades, conforme demanda. Caso você queira levar o curso para sua cidade, escreva para abraji@abraji.org.br

CULTURA – Em julho, em São Paulo, haverá o curso "Reportagem Investigativa no Jornalismo Cultural", ministrado por Alex Antunes, ex-editor das revistas Bizz e Set. Serão três aulas.

Mostrando as entranhas do processo de reportagem (e não é nada bonito)

Uma análise dos métodos usados pela CBS na cobertura do caso do registro militar de George W. Bush

KELLY McBRIDE, do Poynter Institute

O relatório da CBS lançado em janeiro sobre a cobertura das acusações sobre o serviço militar do presidente George W. Bush dissecou o processo de reportagem e revela as diversas falhas da investigação feita pelo “60 Minutes Wednesday”. O documento dá um olhar raro e detalhado sobre o caminho que essa investigação em particular fez, da idéia à apresentação.

É fácil sentar e sacudir a cabeça com os erros que o pessoal da CBS cometeu ao longo do caminho. Mas o relatório é um belo estudo de caso para repórteres que queiram escrutinar suas próprias práticas. Se um grupo investigativo colocasse uma lupa sobre a sua última grande matéria, o que encontraria? E se alguém tentasse presumir qual era seu estado mental em cada estágio do processo de reportagem? E se recriassem todas as suas conversas casuais e suas entrevistas formais?

Além das instruções tipo “faça direito”, não existe nenhuma fórmula passo-a-passo para cobrir uma pauta complicada. Muitos repórteres desenvolvem seus próprios métodos e práticas, ocasionalmente trocando experiências. É um processo bagunçado, muitas vezes comparado à fabricação de salsichas. Aqui vão algumas dicas que se pode tirar do relatório da CBS para ajudá-lo a melhorar seu próprio processo de reportagem.

Cheque sua fonte. Como você sabe que sua fonte é quem diz? Toda redação tem uma história legendária de um jovem e ingênuo repórter que foi convencido por alguém na esquina a atribuir uma frase a algum nome bobo ou a alguma pessoa bem conhecida na cidade. Os padrões variam de redação para redação, mas a maior parte dos repórteres acaba usando seus próprios meios para verificar a história pessoal de uma fonte. É preciso pedir referências? Precisa ir ao local de trabalho da fonte pra ter certeza de que ele faz o que diz fazer? O tenente-coronel Bill Burkett [principal fonte da reportagem da CBS] se negou a ser entrevistado pelo grupo de checagem da CBS. Mas o relatório detalha os poucos esforços da produtora Mary Mapes e de seu grupo para vetar Burkett e sua história. Os coordenadores da checagem, Dick Thornburgh e Louis Boccardi, sugerem ao longo do relatório que, se Mapes tivesse sido cética com Burkett e sua história, diversos sinais vermelhos teriam acendido.

Recuse exigências inaceitáveis. Burkett fez alguns pedidos pouco comuns, segundo o relatório. Além de pedir a Mapes que o colocasse em contato com os Democratas, ele queria dinheiro, seguranças e a promessa de que sua família poderia se mudar se fosse ameaçada. As fontes muitas vezes fazem exigências ridículas, que estão além das possibilidades da maior parte das redações. Quando os jornalistas consideram a possibilidade de atender a essas exigências, o processo de reportagem fica envenenado. Exigências de dinheiro e outros favores devem ser educadamente recusadas: “não fazemos isso”, “não podemos fazer isso”. Uma fonte que acredita que pode ganhar diretamente dinheiro ou outros favores por dar informações

aos jornalistas pode ficar propensa a dourar a informação para que ela pareça mais valiosa.

Vete pedidos de anonimato. O tenente-coronel Burkett não atenderia aos critérios impostos pela maior parte das redações antes de garantir o anonimato a alguma fonte. Havia sido citado pelo nome em diversas matérias, incluindo uma no *Evening News*, da CBS, onde acusava autoridades bushistas de ter “passado a esponja” sobre informações desfavoráveis no histórico militar do presidente. Essas declarações estavam disponíveis a qualquer um com acesso à internet. Seu pedido de anonimato não fazia sentido depois de ter aparecido tanto. Não é incomum que uma fonte anteriormente citada peça anonimato em uma nova matéria, mas o motivo deve ser óbvio e explicado. Às vezes, está divulgando informações sem autorização. Às vezes, um superior mandou fechar a boca. Se concedido o anonimato, as razões devem ser explicadas, tanto quanto possível, para o leitor ou espectador. Se não houver necessidade clara para o anonimato, as redações deveriam ser especialmente relutantes em concedê-lo a alguém que já apareceu em reportagens anteriores.

Siga a corrente de posse. Todo repórter de polícia, nos EUA, já espiou pela janela do tribunal enquanto um advogado passa o que parece durar horas estabelecendo a “corrente de posse” de cada peça de evidência que vai para os autos. É uma coisa geralmente chata. Mas é importante para o sistema judicial garantir que as evidências em julgamentos criminais (a arma do crime, a amostra de DNA) tenham sido propriamente manuseadas para que ninguém possa sabotá-las ou substituí-las. É uma boa lição para repórteres. Sempre que você obtiver um documento ou fotografia, deve saber onde ele esteve e como caiu no seu colo. Você pode querer contar o público. É uma cópia ou original? Quem mais viu? De onde veio? O relatório da CBS dá grande ênfase ao fato de o memorando Killian não ter passado por perícia. Daria menos trabalho usar a simples técnica de entrevistar quem esteve com ele ao longo do caminho. Se isso não é possível por não se conhecer a corrente de posse, também deve-se acender o sinal vermelho.

Cuidado com o “santo Graal”. O relatório da CBS diz que, em 23 de agosto, quando Mapes “aparentemente de supetão” ouviu falar no memorando Killian, ela especulou que ele poderia ser o “santo Graal” que a CBS estava procurando. A vida é raramente tão fácil. Qualquer repórter que já tenha esperado meses para que tribunais respondessem a pedidos de liberação de documentos públicos sabe: os documentos raramente apóiam as conclusões concretas que você espera. Os memorandos e relatórios muitas vezes estão recheados de jargões e linguagem burocrática. Fora de algum contexto, eles não fazem muito sentido e tampouco apontam incompetência ou algo errado que tenha sido feito. É mais fácil que um documento seja apenas mais um tijolo, e não a pedra angular,

numa reportagem investigativa. Na verdade, a equipe da CBS achou que estava perseguindo um relatório disciplinar sigiloso que indicava que Bush era incapaz de pilotar aviões com armas nucleares – e não um memorando pessoal, como era o caso.

Seja sincero sobre seu progresso. É difícil dizer ao chefe que se está andando em círculos. Mas a maior parte das reportagens complicadas envolve progresso lento, quando há progresso. Segundo o relatório da CBS, Mapes várias vezes disse a seus superiores que estava chegando perto, que outros meios de comunicação estavam na mesma pista e que ela teria a história em setembro. Mas raras vezes ela dizia exatamente o que estava fazendo ou o que planejava fazer. Manter seu trabalho muito individualizado priva você da oportunidade de ter acesso a novas idéias e opiniões. É um viveiro para o “zelo míope”.

Questione seu timing. Mapes pesquisou o histórico militar de Bush pela primeira vez em 1999. O relatório não diz por que ela deixou a investigação na geladeira até o verão de 2004, mas é fácil imaginar circunstâncias semelhantes. É comum circularem boatos antigos sobre sexo, jogatina e comportamento ilegal a respeito de algumas figuras de qualquer câmara de vereadores, conselho municipal ou legislativo estadual. Apurados, às vezes esses boatos viram grandes matérias investigativas, como a reportagem do *Seattle Times* envolvendo o então senador Brock Adams num caso de assédio sexual, que foi finalista do Pulitzer de 1993 na categoria serviço público. Muitas vezes, porém, essas histórias jazem intocadas, ou mal conhecidas. A urgência de escrever sobre elas sobe e desce com a popularidade ou inclinação à polêmica de seu personagem. Seria irrealista sugerir que todos os boatos fossem investigados quando alguém na redação soubesse deles. Os jornalistas deveriam discutir o gancho para investigar e escrever sobre algo assim no futuro. Em que ponto do futuro a urgência de uma matéria chegaria ao nível de os repórteres precisarem investigá-la? Questionar isso torna mais fácil uma redação começar a trabalhar mais cedo em casos investigativos.

É interessante que todos os repórteres leiam o relatório da CBS. Ele descreve momentos críticos do processo de reportagem, em que sinais vermelhos foram ignorados, mas decisões foram tomadas e permitiu-se que suposições individuais saíssem sem checagem. Tudo isso acontece todo dia nas redações, mas muitos erros não chegam a ser publicados. O processo de reportagem é grávido de potencial de falhas. Ler sobre falhas de outras redações pode ajudar a perceber as fraquezas da sua.

Kelly McBride é colunista do website do Poynter Institute e concedeu permissão para que o *Apuração* publicasse uma tradução de seu artigo. O relatório completo da comissão da CBS, em inglês, está disponível na seção Biblioteca do site da Abraji.

"Os fundamentos da apuração podem ser desenvolvidos conscientemente"

Transcrição resumida da palestra de Marcelo Beraba na abertura do Projeto Repórter do Futuro, em 2004; íntegra será publicada nos "Cadernos de Jornalismo", da Oboré Projetos Especiais

Nós, jornalistas, debatemos pouco a forma como obtemos e trabalhamos informações. É como se a apuração fosse algo natural, tivesse nascido conosco. Não nasce. Trabalhar conscientemente para melhorar a apuração evitaria a maior parte dos nossos problemas.

Quase todos os erros que os jornais cometem ocorrem devido a problemas de apuração. Não é por falta de ética profissional ou de consciência sobre a função social do jornalista. É só má apuração. Todos cometemos erros, mas boa parte das falhas não precisava ocorrer. E a frequência dos erros leva à perda de credibilidade.

Os fundamentos da apuração são técnicas que todos podem desenvolver. Se achamos que elas surgem naturalmente, dificilmente analisaremos os erros para saber onde melhorar.

Quem começa a conhecer um esporte passa a observar seus fundamentos. No futebol, é driblar, passar, cabecear. No vôlei, levantar, cortar, dar saque. Eu considero que a reportagem também tem fundamentos. Se você não tiver consciência desses fundamentos, dificilmente vai conseguir perceber seus erros e desenvolver técnicas para apurar melhor.

Pensem em cinco grandes fundamentos: observação, entrevista, pesquisa, documentação e um quinto, que é isso tudo outra vez – a rechecagem. Não há, na prática, uma hierarquia do uso desses fundamentos. Não há um passo-a-passo, de primeiro fazer um e depois o outro. Uma grande reportagem pode começar com um documento que você recebe ou pode começar com uma informação solta que, no final, leva a um documento. Não há uma fórmula, mas os fundamentos existem e servem para qualquer publicação.

O primeiro fundamento é a observação. É ser testemunha da informação. É, pelos seus sentidos, perceber o que acontece. Ao apenas observar, porém, eu não sei necessariamente *tudo* o que acontece. Nossa observação é falha. Às vezes, a gente acha que viu alguma coisa e não é bem aquilo. Nossa memória é falha, e se você não anotar pode esquecer.

Hoje em dia, como vamos pouco às ruas, usamos pouco a capacidade de observação. Com isso, frequentemente lemos matérias

construídas basicamente com declarações. Por isso sai tanta matéria com “disse”, “falou”, “garantiu”, “afirmou”. Hoje, dos cinco fundamentos que mencionei, quase só trabalhamos com entrevista. Mesmo quando vamos a um local, vamos prontos para entrevistar: “O que o sr. acha, o que o tem a dizer?” Alguns fundamentos são quase ignorados no dia-a-dia.

Muitas vezes, lemos uma reportagem e sentimos que ela tem um diferencial, mesmo que vários repórteres tenham ido ao mesmo local cobrir a mesma pauta. Geralmente a diferença é que, naquela que você achou muito boa, o repórter não se limitou às aspás. Em algum momento, você lê uma descrição do ambiente. Lê dados que ele colheu pela observação do personagem, e que são relevantes.

A matéria podia sair simplesmente disto: “Presidente do BNDES anuncia liberação de recursos”. Se o repórter chegou ao gabinete sabendo que esse presidente, Carlos Lessa, tem um conflito com o ministro do comércio, e percebe em cima da mesa dele um livro sobre antiglobalização, que ilustra a contradição entre os pontos de vista, isso passa a ser um elemento importante. Mas, muitas vezes, o repórter não percebe o ambiente por estar condicionado pela entrevista.

O segundo fundamento é a entrevista, que praticamos em 90% do tempo. Além de praticar em exagero, quase esmagando outros fundamentos, usamos mal. Não lembramos que há várias formas de se fazer uma entrevista. Se o objetivo é obter informações sobre investimentos do BNDES, tenho que chegar preparado, contrapor a afirmação dele à do ministro que diz que não há verba para tal área.

Você também pode fazer uma entrevista para se informar. Não necessariamente para publicar, mas para obter conhecimentos que poderá usar em algum momento numa reportagem. Ela não terá a mesma condução de uma entrevista formal, feita para obter informações para publicar no dia seguinte.

A partir do momento em que passo a cobrir um assunto, sou obrigado a conhecê-lo melhor do que qualquer outra pessoa. Posso procurar ler um livro. Posso entrar na Internet. Também

posso, e talvez seja esse o melhor caminho, entrevistar um especialista, uma autoridade. Não vou necessariamente usar a entrevista. Sua finalidade é me preparar para fazer mais tarde entrevistas melhores para publicar.

Em outra ocasião, posso fazer uma entrevista para apresentar o perfil de alguém ou para aprofundar um assunto. É o que a *Veja* faz toda semana nas Páginas Amarelas, por exemplo: uma entrevista que não traz uma grande novidade, nem busca “pegar” alguém, mas revela uma personalidade ou explica um assunto. Tenho de ir preparado para extrair informações relevantes, que mostrem a importância do assunto, ou para fazer boas perguntas cujas respostas revelem a personalidade de quem escolhemos entrevistar. Muitas vezes, as respostas revelam mais do que um perfil.

Algumas vezes, na entrevista, queremos provar alguma irregularidade. Esse foi o diferencial no caso Waldomiro Diniz. A revista *Época* recebeu uma fita em que um funcionário da Casa Civil, ligado ao ministro José Dirceu e ex-presidente da Loterj, conversa com um banqueiro de bicho, que lida com bingo, caça-níqueis – o Carlinhos Cachoeira. Nessa fita, ele pede dinheiro para as campanhas da Benedita da Silva e da Rosinha Garotinho; fala em receber 1% da negociação. Combina um edital dirigido da Loterj, para que esse banqueiro ganhasse. Essa fita é em si um documento.

Se a *Época* só publicasse a transcrição, seriam dois ou três dias de notícia. Primeiro, os envolvidos ficariam perdidos; depois, diriam que a fita é falsa, o outro lado diria que houve perícia e eles diriam que foi montagem. Seria uma discussão que, com os grandes escritórios de advocacia que eles contratam, não chegaria a lugar nenhum, apesar do flagrante.

Os repórteres pegaram esse material na quarta ou quinta-feira e foram ouvir o Waldomiro de surpresa: “Nesta fita você pede dinheiro para campanhas da Rosinha e da Benedita.” E Waldomiro: “Para a Rosinha, nunca. Já pedi para a campanha do Cristovam Buarque.” A revista: “Mas você pede 1%...” O Waldomiro diz que esse 1% era para um certo Armando Dili, um funcionário da Loterj que morreu em 2002.

A entrevista durou poucos minutos, mas impossibilitou qualquer defesa posterior em relação à fita. O entrevistado foi conduzido a um pingue-pongue rápido e dali saiu uma entrevista que é uma prova – uma confissão.

Numa entrevista, você deve sempre jogar aberto. Deve dizer que é repórter, para quem trabalha, o que está fazendo. Pedir informações sempre em *on*. Essa é a regra. Pode haver exceções, mas você avalia se vale a pena. Se você imagina que não revelar a pauta vai facilitar a sua vida, pense dez vezes se é verdade. Um problema sério no Brasil é que métodos heterodoxos, como câmera oculta, são muitas vezes usados de maneira errada, de forma que avilta o trabalho. Em alguns momentos, é até possível que você tenha que usar algum subterfúgio para obter um flagrante. Mas só em casos excepcionais. Não pode ser um uso corriqueiro, não pode virar método de trabalho.

Todas as várias formas de entrevista exigem a mesma coisa: temos que nos preparar. Não significa que teremos um dia inteiro para isso. O grande problema hoje é que praticamente só usamos a entrevista, e de forma superficial. Não é todo mundo assim, mas é isso que sobressai quando lemos o jornal. Isso irrita o leitor. Qualquer assunto que o leitor conhece um pouco, percebe que está mal apurado.

Um terceiro fundamento é a pesquisa. É cada vez mais importante no jornalismo saber pesquisar. Não aprendemos isso na faculdade e nem nos jornais. Os bons repórteres têm uma base de conhecimento que os diferencia. Não conhecem todos os assuntos, mas conhecem muito bem aqueles aos quais se dedicaram. Clóvis Rossi conhece comércio exterior, provavelmente, tanto quanto um diplomata do Itamaraty. Mas ele mergulhou no assunto. Recorreu ao Itamaraty, às bibliotecas.

Hoje, também é importante saber procurar na Internet. A Internet é o caos: tem de tudo e não tem nada. Quem sabe pesquisar vai ao paraíso. Quem não souber, vai ao inferno.

O jornalismo ainda é uma profissão de generalidades. Exige que cubramos qualquer coisa. Temos que estar sempre preparados. Se não tivermos foco, se não tivermos áreas em que trabalhemos e que conheçamos muito bem, não vamos nos distinguir. E isso depende de pesquisa.

Deveríamos ter algum investimento em metodologia de pesquisa. Por que o pessoal das ciências sociais pesquisa melhor que os jornalistas? Menosprezamos a metodologia, achamos perda de tempo. Precisamos ter a

Depois de todas as entrevistas, pesquisas e documentação, o trabalho não acabou - falta a recheagem.

Marcelo Beraba

humildade de admitir que podemos usar mais metodologia, sem engessar o trabalho. Não faremos ciência; não é este o objetivo. Mas podemos melhorar.

O quarto fundamento é a busca de documentação. Neste, então, temos uma deficiência assustadora. A fundamentação, a prova, é o diferencial de qualquer grande reportagem. E a nossa experiência de procurar documentação é muito pequena. Todo dia há nos jornais uma matéria bem documentada. Mas ela é uma exceção.

Às vezes você lê a matéria e percebe que a pauta é ótima, mas falta algo. O sujeito pesquisou o assunto, entrevistou as pessoas certas... mas falta a prova. Hoje, esse é o fundamento que a gente busca trabalhar mais intensamente; é com ele que a Abraji se preocupa mais. As redações mais conscientes de seus problemas estão completamente voltadas para isso. Precisamos sair do achismo para um trabalho técnico de busca de informação comprovada. Estamos melhorando nesse fundamento, fazemos mais do que fazíamos até há pouco tempo, mas ainda é insuficiente.

A documentação não é a marca do nosso jornalismo. A marca continua sendo a aspa.

Precisamos ter a noção de que tudo pode ser comprovado. E quebrar a cabeça para correr atrás. Sempre que alguém dá um caminho das pedras para obter documentação, é porque aquele caminho já está sendo usado. Por exemplo, se eu for ensinar a procurar em cartório e na Junta Comercial, já não tem graça – todo mundo procura lá.

O grande problema hoje não é só levantar as fontes primárias. É quebrar a cabeça e saber onde vamos encontrar essas fontes. Tudo pode estar documentado. Há pouco tempo, não tínhamos como saber se alguém estava desviando dinheiro de campanhas eleitorais, consideradas a grande fonte de corrupção no Brasil. Aí, tentando se moralizar isso, decidiu-se que todos os políticos tinham que apresentar declarações de bens e prestar conta de suas campanhas à Justiça Eleitoral. Os jornais sabiam disso, mas não usavam. Só de cinco anos pra cá começaram a usar com mais frequência.

Hoje, é normal checar nas prestações de contas dos políticos se uma empresa que ganha uma licitação fez doações para suas campanhas eleitorais. Esses documentos são públicos. Isso é uma informação documentada, oficial, que se usava pouco e passamos a usar muito. Quando um candidato recebe muitas contribuições do setor de lixo, por exemplo, é algo a se checar.

A conta das campanhas nunca fechava. O candidato declarava que ia gastar R\$ 10 milhões, e comprovava que recebeu isso. Mas era evidente que a campanha gastou muito mais. As coisas não batiam, e todo mundo falava em caixa 2. Uma das formas que as empresas e pessoas físicas encontraram pra doar sem aparecer foi contribuir para o partido do candidato. Toda vez que a imprensa ia em cima das declarações dos candidatos, essas empresas não apareciam. Os repórteres Rubens Valente, Cátia Seabra, Guilherme Bahia e Chico de Góis descobriram e mostraram as empresas que contribuíram por esta brecha para o PSDB nas eleições de 2002. Isso é quebrar a cabeça para buscar novas fontes de documentação.

Antes, se entrevistava o presidente do TRE. Ele afirmava que a lei tem brechas e que muitos políticos se aproveitam delas. Com essa declaração, apenas, tem gente que acha que a matéria está pronta. Mas a declaração é uma matéria secundária neste exemplo; a principal é a documentada. Muitas vezes, a matéria principal seria essa, e o repórter saía satisfeito com a declaração. Esses repórteres não se contentaram com isso. Queriam provar que havia uma brecha na lei e mostrar o que esses documentos provavam. Isso é o que eu chamo de busca de documentação e de comprovação.

No final do trabalho, depois que já observamos, conseguimos captar detalhes, entrevistamos, encaminhamos bem uma entrevista, buscamos documentos e conseguimos extrair uma comprovação forte, conhecemos bem aquele assunto, temos uma reportagem na mão, mas o trabalho ainda não acabou.

Falta o quinto fundamento, a recheagem. Os números estão certos? O documento está citado corretamente? O sujeito que eu entrevistei é esse mesmo? É necessário rechear. Batam as informações. Confiram os números. Atentem para a lógica dos fatos. Com calma, se tiverem tempo; rapidamente, se tiverem pouco tempo.

Projeto Repórter do Futuro treina 25 alunos em São Paulo

Estudantes entrevistam autoridades e apuram reportagens; curso iniciou com fala de Cláudio Tognolli

ABRAJI

Fundada em 7.dez.2002
Primeira gestão (dez.2003/dez.2005)

Presidente
Marcelo Beraba

Vice-presidente
Chico Otavio

Diretor Executivo
Fernando Rodrigues

Defesa Profissional
Fernando Molica

Ensino
Claudio Tognolli

Reportagem com Auxílio do Computador
José Roberto de Toledo

Comitês Regionais
Liege Albuquerque

Gerente executivo
Marcelo Soares

Monitores
Carol Hungria (RAC/Alertas)
Thiago Mio Salla (website)

FALE CONOSCO

R.Rego Freitas, 454/8º andar
São Paulo - SP- 01220-010
Fone: (11) 3214-3766, R:205
abraji@abraji.org.br

Eles têm de 18 a 39 anos de idade e estudam em 7 diferentes faculdades de jornalismo de São Paulo. Estão em fases diferentes de seu curso – alguns são do primeiro ano, outros do último, vários no meio. O que os 25 estudantes selecionados para o Projeto Repórter do Futuro mais têm em comum é o grau de preparo e a vontade de se tornar repórteres.

O projeto é promovido há dez anos pela Oboré Projetos (que abriga a sede da Abraji) e desde o ano passado a associação participa da coordenação do curso. Os participantes do módulo atual foram selecionados entre 274 estudantes, e responderam a um questionário sobre seus objetivos e hábitos culturais.

No primeiro encontro, em 16 de abril, eles tiveram uma aula com Cláudio Tognolli, diretor de ensino da Abraji, sobre os desafios do jornalismo investigativo em uma grande metrópole como São Paulo. Nas semanas seguintes, entrevistaram representantes da Associação Viva o Centro, sobre o centro de São Paulo, e o secretário municipal de Educação, José A. Pinotti, sobre políticas públicas.

A partir das entrevistas coletivas, os estudantes discutem pautas e técnicas de reportagem. Semanalmente, produzem textos com base na entrevista coletiva – de preferência, reportagens com pautas derivadas do assunto tratado pelo convidado.

Todos os textos são lidos e os estudantes recebem orientações particulares sobre formas de melhorar seu texto e apuração. Eles também são estimulados a tentar publicar alguma de suas reportagens. Caso consigam publicar, tenham vindo a todas as aulas e produzido um texto por semana, eles recebem de volta o cheque de R\$ 260 entregue no início do curso. "Nove entre dez alunos, que são sempre muito bons, conseguem a Reembolsa", diz Sérgio Gomes, diretor da Oboré e criador do projeto.



Estudantes entrevistam o secretário da Educação, José Aristodemo Pinotti

"Na faculdade, não temos oportunidades assim", disse Cláudia Tozetto, participante do curso e estudante da faculdade Anhembimorumbi. "Só os alunos dos últimos semestres produzem jornais-laboratório; nas aulas de redação, nos pedem no máximo um texto por mês", disse.

O curso continua no segundo semestre. Sócios que quiserem participar como voluntários na orientação aos estudantes podem entrar em contato com Marcelo Soares pelo e-mail abraji@abraji.org.br

Acesso à IRE para primeiros pagantes

Os primeiros sócios da Abraji que colocarem em dia suas anuidades de 2005 receberão acesso gratuito ao conteúdo do website da Investigative Reporters and Editors (IRE), a associação norte-americana que é a matriz de todas as outras associações de jornalismo investigativo no mundo inteiro

Os boletins para pagamento devem chegar à casa dos sócios até o final de abril. Os sócios que já pagaram a anuidade via depósito, e que portanto não receberão o boleto, têm acesso garantido. Caso você tenha mudado de endereço sem alterar seu cadastro de acesso eletrônico, entre em contato conosco pelo email abraji@abraji.org.br

O website da IRE é referência internacional em técnicas de jornalismo. Nele, é possível baixar o boletim *The IRE Journal* – única publicação do mundo especializada em técnicas de reportagem, feita a partir de colaborações dos próprios sócios da IRE – e também as "tipsheets" com informações úteis sobre todo tipo de investigação jornalística, distribuídas nas oficinas dos eventos da IRE e depois publicadas na Web para benefício de quem não pôde ir.

Caso você esteja em dia com a Abraji mas, por algum motivo, não tenha interesse em ter acesso ao site da IRE, informe. Teremos cerca de 50 cadastros de acesso eletrônico gratuitos para os sócios.